

## **Pela Promoção da Diferenciação Académica e Criação de Perfis Institucionais**

Desde o século XIX que uma das principais funções das instituições de ensino superior (IES) é “atingir um impacto social, através de uma educação e investigação de alta qualidade” (van den Akker & Spaapen, 2017), num mundo em rápida mudança, global e tecnológico. Mais, na prossecução desta missão, as universidades e politécnicos têm recursos limitados, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, pelo que a seleção criteriosa da forma, local e tempo da aplicação dos seus recursos não só é uma necessidade, como um imperativo social categórico.

Ora, a verdade é que o estado atual do ensino superior português não reflete esta realidade, conforme foi elencado na OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal (2018), sendo que não só o financiamento público das IES permanece aquém no panorama europeu, como o investimento em investigação e desenvolvimento, ainda que tenha aumentado no último ano (1,33%, relativamente ao PIB), permanece longe da média europeia (aproximadamente 2%) e dos objetivos nacionais para 2020, ou das metas europeias para 2030.

A este facto acrescem-se as assimetrias severas que se continuam a verificar entre as instituições localizadas em regiões do interior/rurais, por oposição às localizadas nos grandes centros urbanos, quer relativamente ao financiamento, quer no que concerne à competitividade (e consequente atratividade); assimetrias essas que não são resolvidas por imposições legislativas sem fundamento válido, derivadas de estratégias deficientes no planeamento dos recursos e organização do Ensino Superior em Portugal, com muitos anos.

Mais, tendo o modelo de Ensino Superior nacional uma modalidade dual, em que coexistem universidades e politécnicos com missões, objetivos e metodologias pedagógicas diferentes, a verdade é que o peso das propinas nos orçamentos institucionais condiciona o alargamento das ofertas formativas pelas universidades, obrigando os politécnicos a tornarem-se mais competitivos e a desenvolverem mais investigação (conforme descrito no mesmo relatório, págs. 21 e 22). Assim, a dualidade do sistema acaba por ser enfraquecida, com duplicação das ofertas formativas, com fraca distinção sobre a diferente natureza do ensino universitário, em oposição ao politécnico, e com incremento da dificuldade deste último em captar e manter alunos (também pela sua localização, maioritariamente no interior do país).

Temos, então, como resultado destas condições, um sistema de Ensino Superior sem um plano definido, descoordenado e dissociado, quer das necessidades nacionais, quer das especificidades regionais, locais e comunitárias em que se inserem, com dispêndio de recursos escassos em duplicações, sem colaboração interinstitucional, e com processos poucos transparentes e inacessíveis à população ou possíveis parceiros privados.

Assim, contrariamente ao que é a atual visão da OCDE, do World Bank Group, da League of European Research Universities (LERU), entre outras, as instituições de ensino superior nacional carecem de um perfil institucional, que as afirme em determinadas áreas (e rejeite outras), sendo a atratividade de cada instituição, provável e maioritariamente, definida antes pela sua localização geográfica, sendo histórica a tendência da população portuguesa de preferir áreas litorais e grandes centros urbanos. Se há efetivamente a possibilidade de um aluno tirar um curso em Lisboa ou Porto, por oposição a uma área interior, sem nada que os distinga, a preferência será na maior parte dos casos, pelas primeiras.

Urge então promover medidas que permitam a diferenciação académica, com a criação de perfis institucionais distintos, e que contribuam para o desenvolvimento regional e nacional. Estas estratégias terão obrigatoriamente de passar por uma fase de revisão do atual sistema, incluindo limitar cursos de natureza técnica nas universidades ou efetivar a possibilidade de doutoramentos nos politécnicos, promovendo uma elevada qualidade académica dos seus cursos, incluindo a nível internacional. Mais, o desenvolvimento da academia a nível regional tem vários princípios subjacentes que devem ser reconhecidos e respeitados, nomeadamente os seguintes: 1) uma orientação explícita e pública para este objetivo; 2) incentivos adequados ao engagement regional; 3) autonomia e liderança institucional; e 4) capacidade clara dos atores loco-regionais de determinar as direções estratégicas das suas instituições de ensino superior (Nusche, 2008).

Cabe então, ao Estado, enquanto garante do uso eficiente e responsável do capital público, a garantia do impacto público que as IES têm, respeitando a sua autonomia institucional e as suas especificidades culturais. Desta forma, e dados os recentes indicadores que demonstram a necessidade de atrair e captar capital humano, científico e tecnológico para o interior, a diferenciação institucional é uma das vias possíveis, com distribuição da Ciência pelo território, contrariando a sua concentração nos grandes centros urbanos, e permitindo rentabilizar recursos e capitais que são escassos e limitados.

Consequentemente, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas a 15 e 16 de dezembro, em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas de Faro vêm, por este meio instar o Governo ao seguinte:

1. Criação de uma Estratégia Nacional para o Conhecimento e Inovação, conforme recomendado pela OCDE, consultando os diversos sectores da sociedade associados e considerando a necessidade de um consenso político alargado, de forma a que esta se mantenha em vigor durante os próximos ciclos legislativos. Na criação desta estratégia, instamos o Governo a atentar aos seguintes pontos:
  - a. Reconhecer a impossibilidade de distinção em todas as áreas do conhecimento e do saber, devendo ser definidas prioridades para cada subsistema.
2. Compreender o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 2021-2027 e de que forma é que os seus recursos poderão ser rentabilizados;
3. Reflexão sobre a missão dos subsistemas de ensino superior universitário e politécnico, ajustando, através dos contributos da A3ES, os cursos que cada instituição deve poder ministrar, de forma a devolver a dualidade ao sistema, evitando duplicação de cursos e, subsequente, divisão de recursos, e condicionando que, pela excelência nas áreas de cada um, aumente a atratividade para o subsistema politécnico ou universidades do interior/rurais;
4. Desenvolvimento de estratégias para colaboração interinstitucional, com mobilidade de recursos humanos e materiais, ou de conhecimento, entre os subsistemas do ensino superior, o sector privado e o Estado;
5. Divulgação dos resultados obtidos pelas instituições de ensino superior, nos planos científico-académico e social-comunitário, de forma clara às populações e comunidades, promovendo uma política de abertura e transparência.

Faro, 15 e 16 de dezembro de 2018



**Proponente:** Federação Académica de Lisboa

**Endereçado a:** Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

**Bibliografia:**

Guellec, D., Larrue, P., Roy, S., & Weko, T. (2018). OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.

van den Akker, W., & Spaapen, J. (2017). Productive interactions: societal impact of academic research in the knowledge society. Leuven: LERU publications.